



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**TERESINA/PI, 2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2011, da Decisão Normativa TCU nº 117/2011 e da Portaria TCU nº 123/2011.

**TERESINA, 22 DE MARÇO DE 2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

<b>ADI</b>	Avaliação de Desempenho Individual
<b>ANTT</b>	Agência Nacional de Transportes Terrestres
<b>APH</b>	Atendimento Pré-Hospitalar
<b>CGO</b>	Coordenação-Geral de Operações
<b>CGPLAM</b>	Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização
<b>CGRH</b>	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
<b>CGU</b>	Controladoria-Geral da União
<b>CIEE</b>	Centro de Integração Empresa Escola
<b>CNAE</b>	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
<b>CNH</b>	Carteira Nacional de Habilitação
<b>COEN</b>	Coordenação de Ensino
<b>CRET</b>	Comissão Regional de Educação para o Trânsito
<b>CRLV</b>	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
<b>CSR</b>	Comando de Saúde Rodoviário
<b>CTB</b>	Código de Trânsito Brasileiro
<b>DENATRAN</b>	Departamento Nacional de Trânsito

<b>DETRAN</b>	Departamento Estadual de Trânsito
<b>DG</b>	Direção-Geral
<b>DISAS</b>	Divisão de Saúde e Assistência Social
<b>DITRAN</b>	Divisão de Trânsito
<b>DN</b>	Decisão Normativa
<b>DNIT</b>	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
<b>DPRF</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
<b>ENAP</b>	Escola Nacional de Administração Pública
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IN</b>	Instrução Normativa
<b>INFOSEG</b>	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
<b>IS</b>	Instrução de Serviço
<b>ISDN</b>	<i>Integrated Services Digital Network</i> (Rede Digital de Serviços Integrados)
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>MJ</b>	Ministério da Justiça
<b>MPO</b>	Manual de Procedimentos Operacionais
<b>MPOG</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>NUAD</b>	Núcleo de Execução Administrativa
<b>OS</b>	Ordem de Serviço
<b>PF</b>	Pessoas Fiscalizadas
<b>PI</b>	Plano Interno
<b>PNSP</b>	Programa Nacional de Segurança Pública
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PR</b>	Procuradoria da República
<b>PRF</b>	Polícia Rodoviária Federal
<b>RFB</b>	Receita Federal do Brasil
<b>RG</b>	Relatório de Gestão
<b>RP</b>	Restos a Pagar
<b>SENAT</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

<b>SEST</b>	Serviço Social do Transporte
<b>SIAFI</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
<b>SIAPE</b>	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
<b>SIASG</b>	
<b>SICONV</b>	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
<b>SIGER</b>	Sistema de Informações Gerenciais
<b>SIORG</b>	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
<b>SPIUNET</b>	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
<b>SRP</b>	Sistema de Registro de Preços
<b>TA</b>	Testes de Alcoolemia
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>UCC</b>	Unidade Centralizadora de Compras
<b>UJ</b>	Unidade Jurisdicionada
<b>UO</b>	Unidade Orçamentária
<b>UOP</b>	Unidade Operacional
<b>VF</b>	Veículos Fiscalizados
<b>17ª SRPRF</b>	17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

## LISTA DE QUADROS

- I Identificação da UJ
- II Demonstrativo da Execução do Programa 1386
- III Demonstrativo da Execução do Programa 0663
- IV Demonstrativo da Execução do Programa 0750
- V Execução Física das ações realizadas pelo DPRF
- VI Identificação das Unidades Orçamentárias
- VII Programação de Despesas Correntes
- VIII Programação de Despesas Capital
- IX Quadro IX - Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
- X Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
- XI Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ
- XII Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários
- XIII Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários
- XIV Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação
- XV Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- XVI Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- XVII Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados
- XVIII Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12
- XIX Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

- XX Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)
- XXI Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12
- XXII Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12
- XXIII Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro
- XXIV Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12
- XXV Composição do Quadro de Estagiários
- XXVI Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores
- XXVII Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada
- XXVIII Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados
- XXIX Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados
- XXX Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
- XXXI Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
- XXXII Calendário de capacitações – COEN/SEDE
- XXXIII Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR
- XXXIV Estrutura de controles internos da UJ
- XXXV Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
- XXXVI Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

- XXXVII Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
- XXXVIII Gestão de TI da UJ
- XXXIX Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício 2010
- XL Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício 2011
- XLI Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)
- XLII Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
- XLIII Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício
- XLIV Relatório de cumprimento das recomendações do OCI



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
Dos itens da Portaria nº 123/2011 não aplicáveis à 17ªSRPRF.....	15
A- CONTEÚDO GERAL.....	17
1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	17
1.1 Relatório de Gestão Individual.....	17
Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	17
1.2. Estrutura Organizacional da 17ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO ESTADO DO PIAUÍ.....	18
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	19
a) Responsabilidades Institucionais da 17ªSRPRF .....	19
I. Competência Institucional.....	19
II. Objetivos estratégicos.....	19
b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	22
I. Análise do andamento do Plano Estratégico da 17ª SRPRF/PI.....	22
II. Análise do Plano de Ação da 17ª SRPRF/PI no exercício de 2011.....	22
c) Programas de Governo sob a responsabilidade da 17ª SRPRF/PI.....	25
I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da 17ª SRPRF/PI.....	25
I.1. PROGRAMA 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal.....	25
I.1.1. Dados gerais do programa.....	25
Ação 1D49 – Construção de edifício-sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.....	26
Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária.....	26
Ação 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades.....	26
Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação.....	26
Resultados.....	26
Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	26
Resultados.....	26

I.2.	PROGRAMA	0663	-	Segurança	pública	nas	rodovias	
federais.....								29
I.2.1.		Dados			gerais		do	
programa.....								29
Ação	2B11	-	Monitoramento,	controle	e	fiscalização	eletrônica	da malha rodoviária
federal.....								29
Resultados.....								29
Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.....								31
Resultados.....								31
Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública.....								33
Resultados.....								33
Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais.....								34
Resultados.....								35
Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal.....								38
Resultados.....								38
Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais.....								38
Resultados.....								39
Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública.....								39
Resultados.....								40
Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF.....								40
Resultados.....								40
Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais.....								42
Resultados.....								42
I.3. PROGRAMA 0750 - Apoio Administrativo.....								44
I.3.1. Dados gerais do programa.....								44
Ação 2000 – Administração da unidade.....								45
Resultados.....								45
Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.....								46
Ação	2010	-	Assistência	pré-escolar	aos	dependentes	dos	servidores e
empregados.....								47
Ação	2011	-	Auxílio-transporte		aos		servidores	e
empregados.....								47
Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados.....								48

Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.....	48
Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos.....	48
II.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	49
II.2.Execução Física das Ações Realizadas pela SRPRF/PI.....	17 <sup>a</sup> 49
Quadro I - Execução Física das Ações Realizadas pelo DPRF.....	49
D) Desempenho Operacional e Financeiro.....	48
I.1. Programação Orçamentária das Despesas.....	48
I.1.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	49
I.1.2 Programação das Despesas Correntes.....	49
I.1.3 Programação das Despesas de Capital.....	49
I.1.4 Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência.....	49
II.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	49
Quadro II - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	49
II.2.1 Análise Crítica das Concessões e Recebimento de Créditos Orçamentários por Movimentação Interna e Externa.....	50
E) Execução Orçamentária da Despesa.....	50
I. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ:.....	50
a. Despesas por Modalidade de Contratação;.....	50
b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;.....	50
c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	50
II. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação.....	53
1. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	53
Quadro III - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	53
2. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	53
Quadro IV - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	53
Quadro V - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por	

movimentação.....	53
3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	55
3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	55
4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIO ANTERIORES.....	55
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	55
Quadro VI - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	55
Análise crítica.....	56
5. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	56
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	56
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....	56
Quadro VII – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	56
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada.....	56
Quadro VIII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	56
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada.....	57
Quadro IX – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	57
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade.....	58
Quadro X – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12.....	58
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade.....	59
Quadro XI – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	59
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	59
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria.....	59
Quadro XII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	59
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada.....	60
Quadro XIII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	60
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	60
Quadro XIV - Composição do Quadro de Estagiários.....	60
5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada.....	61
Quadro XV - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	61
5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	63

5.5.1	Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.....	63
5.5.2	Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	63
5.5.3	Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.....	63
	Quadro XVI - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	64
	Quadro XVII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	65
5.6	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	67
6.	INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO 2010.....	68
7.	DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV.....	69
	Quadro XVIII – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV.....	69
8.	INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	70
8.1	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	70
	Quadro XIX – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	70
8.2	Análise Crítica.....	70
9.	INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.....	71
9.1	Estrutura de controles internos da UJ.....	71
	Quadro XX – Estrutura de controles internos da UJ.....	71
10.	INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS.....	74
10.1.	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	74
	Quadro XXI - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	74
11.	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	78
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	78
	Quadro XXII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	78
	Quadro XXIII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	79
12.	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.....	80

12.1	Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	80
	Quadro XXIV – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada	80
13.	INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	82
13.1.	Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo	82
14.	INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	82
15.	INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	83
15.1.	Deliberações do TCU atendidas no exercício	83
15.2.	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	83
15.3	Recomendações do OCI atendidas no exercício	83
	Quadro XXV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	83
15.4	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	85
	Quadro XXVI - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	85
16.	INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	87
17.	DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA 17ª SRPRF/PI	89
17.1	Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	89
	Quadro XXVII - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	89

## INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão é instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011, que deverão compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2011, apresentado, para apreciação, pela Administração Regional da 17ª Superintendência Regional, entidade descentralizada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça.

Neste Relatório de Gestão, há menção às metas, aos resultados consolidados, bem como à destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – *Segurança Pública nas Rodovias Federais*, 1386 – *Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo*, no exercício de 2011. Constitui o relatório instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí.

Gestão, Planejamento e Controle nortearam a elaboração deste Relatório de Gestão, que, organizado e sistematizado, possibilita a visualização das ações desenvolvidas pela 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2011 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

A 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí encerra seu exercício de 2011 ao preconizar a missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

*Dos itens da Portaria nº 123/2011 não aplicáveis à 17ªSRPRF*

As Ações 200G, 8623 e 1D49 do Programa 1386 não se aplicam à Unidade Jurisdicionada, por não ter a 17ª SRPRF executado nenhuma reforma, construção ou ampliação de suas Bases Operacionais e Unidades no exercício de 2011 e por não se aplicar à UJ a construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília-DF.

Previsto no subitem 2.4.1., Programação Orçamentária da Despesa, da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010, que os Quadros A.2.3, A.2.4, A.2.5 e A.2.6 serão preenchidos pela Unidade Orçamentária, sequer houve inserção de dados quando identificada a 17ª SRPRF como Unidade

Jurisditionada. Com a mesma razão os Quadros A.2.8 e A.2.9 relativos à Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ não serão preenchidos, ou seja, não foram executados pela 17ª SRPRF os créditos iniciais recebidos da LOA e os créditos adicionais obtidos ao longo do exercício.

O Item 3 da Parte A da DN nº 108/2011 não se aplica à UJ por inexistir reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos. Não difere o fato de inexistir o Quadro A.11.2 (Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros) por não ter a UJ locado imóveis de terceiros no exercício de 2011.

Sobre as informações dos recursos humanos na 17ª SRPRF (Item 05 da Parte A do Anexo II da DN nº 108/2010), não há servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade, nem mesmo empregados terceirizados substituídos. A realização de concursos e provimentos adicionais compete ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Como não houve utilização de Cartões de Crédito Corporativo pela 17ª SRPRF no ano de 2011, resta prejudicado o item 13 da Parte A do Anexo II da DN TCU N° 108, de 24/11/2010, bem como os Quadros A.13.1. e A.13.2. Em análise ao item 15, vislumbra-se que a UJ não teve suas contas julgadas pelo TCU ou mesmo não há acórdão, decisão ou relatório do TCU relacionada à UJ no exercício de 2011, o que perde a razão de crescer os Quadros A.15.1 e A.15.2.

A 17ªSRPRF/PI vem analisando a implantação de unidade de controle interno, por esse motivo torna-se inviável o preenchimento do item 16 da Parte A do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010, quando exigida área específica na estrutura do órgão.



## A- CONTEÚDO GERAL

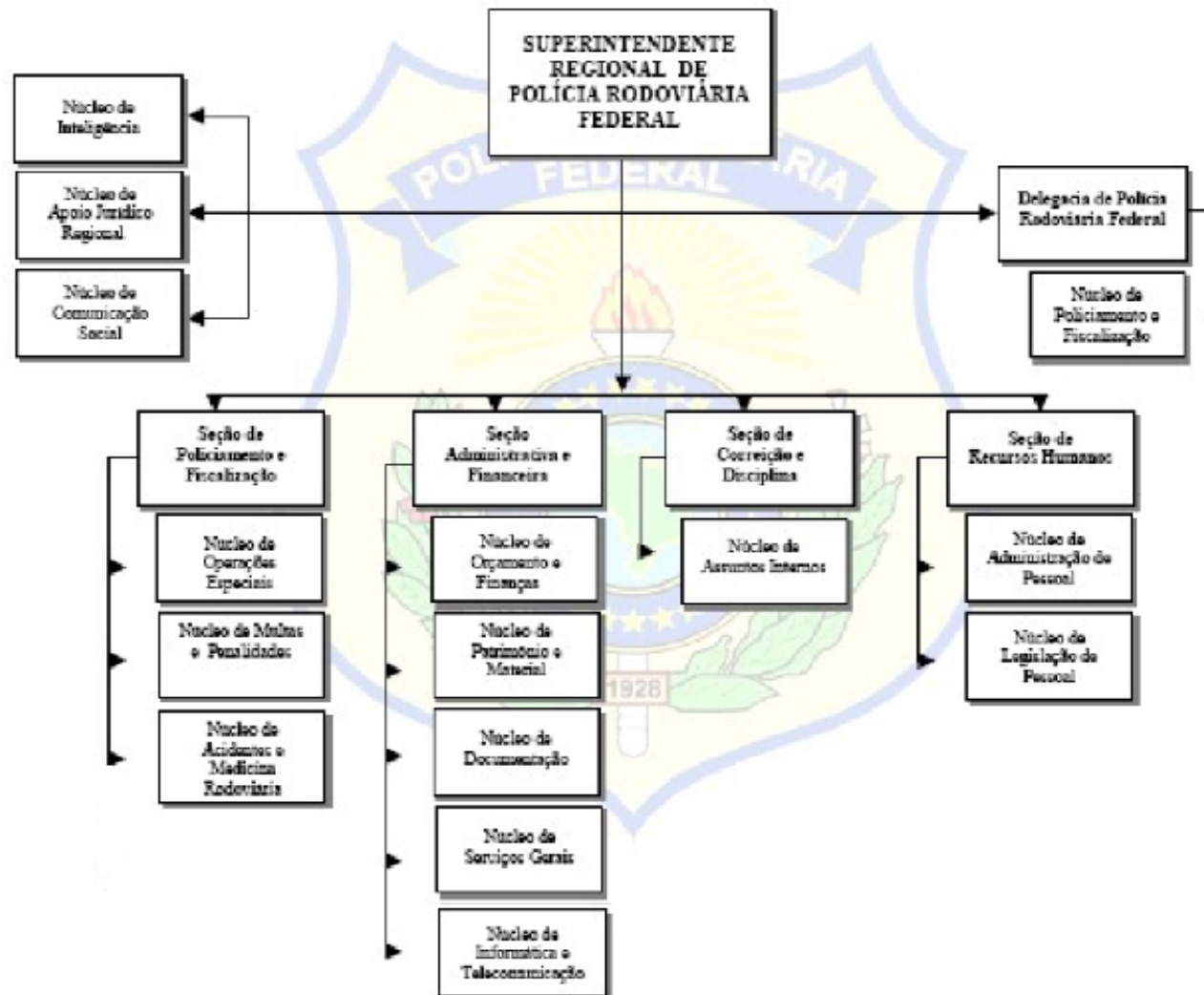
### 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

#### 1.1 Relatório de Gestão Individual

#### QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Departamento de Polícia Rodoviária Federal			<b>Código SIORG:</b> 002823
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			
<b>Denominação abreviada:</b> 17ª SRPRF			
<b>Código SIORG:</b> 002823	<b>Código LOA:</b> NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ		<b>Código SIAFI:</b> 200127
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> órgão público			
<b>Principal Atividade:</b> Vide Tabela CNAE/IBGE			<b>Código CNAE:</b> 9999-9
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(086) 3302-6300	(086) 3302-6320	(086) 3302-6302
<b>Endereço Eletrônico:</b> sup.pi@dprf.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.dprf.gov.br">http://www.dprf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida João XXIII, nº 1516, Bairro dos Noivos, Cep 64.045-000, Teresina – Piauí			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Competências e atribuições estabelecidas na Constituição Federal, em § 2º do seu Art. 144, e no Art. 20 da Lei no 9.503, de 23.09.1997, Código de Trânsito Brasileiro.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno disposto na Portaria nº 1.375, de 02.08.2007, publicado no DOU nº 150, em 06.08.2007, tendo por finalidade, além do disposto no Decreto nº 1.655, de 03.10.1995, a estrutura organizacional constante no Art. 2º, inciso II e § 1º, inciso XVII juntamente com os artigos 75 a 95, todos da Portaria nº 1.375/2007.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200127	17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ		NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ	

## 1.2. Estrutura Organizacional da 17ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO ESTADO DO PIAUÍ



## **2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

### **a) Responsabilidades Institucionais da 17ªSRPRF**

#### **I. Competência Institucional**

A 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO PIAUÍ, entidade descentralizada da Administração Direta, apresenta como preceito constitucional o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, inteligência do § 2º do artigo 144 da Constituição Federal, e atribuições definidas no art. 20 da Lei nº 9.503/1997, no Decreto nº 1.655/1995 e no Regimento Interno, anexo da Portaria nº 1.375/2007.

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal abrangem o Estado do Piauí com uma Unidade Administrativa Central, sediada na capital, e desconcentração advindo de 10 (dez) Postos de fiscalização e 05 (cinco) Delegacias.

Por não ser a 17ª SRPRF Unidade Orçamentária, o planejamento cabe ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que tomou como duas principais vertentes, o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, diretrizes essas determinantes para a implementação das atividades pela Unidade Jurisdicionada.

A Instituição, dentre as atribuições, destaca-se no combate ao crime nas rodovias federais, na fiscalização e no policiamento de trânsito, no atendimento aos acidentes e, em decorrência, na atuação constante na prevenção de acidentes e seus reflexos negativos como danos e perdas irreparáveis às famílias e altos gastos suportados pelo Governo.

Assim, o planejamento de atuação deste Órgão de Segurança Pública tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com as demais instituições públicas bem como com os Administrados em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à Sociedade, público-alvo de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

#### **II. Objetivos estratégicos**

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal. Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a conseqüência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado, o Estado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação

de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em

todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

I. Análise do andamento do Plano Estratégico da 17ª SRPRF/PI

Os principais objetivos definidos para 2011 foram:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;**
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;**

II. Análise do Plano de Ação da 17ª SRPRF/PI no exercício de 2011

### **Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias**

**Estratégia 1:** Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos

A presença da viatura na rodovia cria uma expectativa de punição nos usuários, acabando por reduzir e mesmo inibir acidentes. Para isso, deve-se alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos, e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

O cartão programa apresenta um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos. O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através dos bancos de dados da PRF, o Datatran e o DINOP, verificam-se os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, respectivamente, programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto, no decorrer da semana.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:

### **Falta de efetivo:**

Com reduzido número do efetivo de policiais por posto no plantão, inclusive nos Postos de Alegrete (Posto 02 da 5ª Del. de Picos/PI) e de São João da Fronteira (Posto 02 da 2ª Del. de Piripiri/PI), devendo 01 (um) ficar no posto para atendimento ao público e de chamadas emergenciais, enquanto ao outro cabe o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que torna altamente inseguro e desaconselhável, por questão de segurança. Inclusive no Regimento Interno, bem como no Manual de Rotinas Operacionais do Policial Rodoviário Federal, é proibido o deslocamento de apenas 01 policial na viatura, exceto para atender acidentes e para prestar auxílio ao usuário na rodovia. Assim, fica inviável o cartão programa nesses postos onde o efetivo é reduzido, não sendo os pontos críticos nas rodovias fiscalizados.

A extensa malha rodoviária do estado do Piauí aliada ao reduzido número de postos inviabilizam a fiscalização da Polícia Rodoviária Federal ao ultrapassar os 100 km de rodovias por posto na 17ª SRPRF/PI, considerado esta distância ideal para um atendimento satisfatório ao proporcionar uma redução no tempo-resposta. O posto de Floriano (posto 1 da 3ª Del. de Floriano/PI), localizado a 248 km da cidade de Teresina/PI, encontra-se no sul do Estado e fica responsável por um trecho rodoviário de mais de 800 km a sul do Estado, tendo como estados limítrofes Maranhão, Tocantins e Bahia, ficando praticamente inviável fiscalizar toda essa extensa malha rodoviária.

### **Recursos insuficientes para manutenção de viaturas:**

A frota da 17ª SRPRF/PI é composta, em sua maioria, por veículos com mais de 02 anos de uso, tornando-se, em muitos casos, praticamente inviável a manutenção corretiva por superar em custos o valor do próprio veículo. Inclusive, em função da escassez de recurso, a manutenção preventiva praticamente não é assimilada de forma eficaz em razão da provisão orçamentária estimada em contrato próprio nesta Unidade Regional.

Cabe ressaltar que essa limitação orçamentária fora estabelecida através da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário do DPRF que contemplou esta Regional na medida do possível quando de suas descentralizações em nível nacional devido aos ajustes direcionados quando das liberações do Ministério da Justiça.

### **Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas**

Foi observado que um grande número de acidentes e mortes ocorriam em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e ciclistas, inclusive motociclistas. Grande parte dos acidentes acontecem por negligência de pedestres/ciclistas que ao atravessar as rodovias não utilizam as passarelas, se arriscando no meio do trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema é a instalação de diversas lombadas eletrônicas nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas.

Em trechos urbanos, os motociclistas, pelas curtas distâncias, não tomam as devidas precauções como uso de capacete, contribuindo de forma considerável para o aumento do número de acidentes.

A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias pertence ao DNIT que deverá priorizar a aquisição deste equipamentos para instalação nos trechos urbanos críticos em acidentes. Ainda, se faz necessária a inclusão de mais radares móveis e sinalização nos trechos urbanos, especialmente naqueles onde há elevados índices de acidentes, visando a redução dos mesmos.

### **Estratégia 2: Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes e Medidores de Tráfego**

O efeito gerado pela utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido mostrado eficaz para diminuição de infrações de trânsito nas rodovias. Frequentes as infrações de trânsito em rodovias duplicadas, promovendo acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e

conseqüente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos.

A utilização de contadores volumétricos de veículos, visa verificar quais rodovias são mais movimentadas, e em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização das rodovias. Não houve até o momento aquisição dos equipamentos contadores volumétricos.

### **Reforço nas ações de combate à criminalidade**

#### **Estratégia 1:** Capacitar mais policiais nas ações de combate a criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2009, foram ministrados diversos cursos de capacitação do policial, como bem demonstra o resultado da Ação 2524-Capacitação do Policial Rodoviário Federal.

### **Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas**

#### **Estratégias 1:** Construção, reforma e ampliação de postos de fiscalização da 17ª SRPRF/PI

A implementação da construção, reforma e ampliação das unidades desta 17ª SRPRF/PI visa prover a instituição de uma estrutura física adequada para a logística da atividade do Policial Rodoviário Federal, dando um suporte à atividade fim do servidor.

Não houve um expressivo investimento na estrutura física da Regional no exercício 2009, por ter sido priorizado em 2007.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, superintendências e sede, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

#### **Dificuldades:**

1- Recursos ordinário insuficiente para atender as várias necessidades de reformas;

#### **Estratégia 2:** Substituição de viaturas obsoletas

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso, é necessário a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, e de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante as rondas/perseguições.



c) Programas de Governo sob a responsabilidade da 17ª SRPRF/PI

I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da 17ª SRPRF/PI

### I.1. PROGRAMA 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

#### I.1.1. Dados gerais do programa

Identificação do Programa de Governo						
<b>Código no PPA</b>	1386					
<b>Denominação</b>	Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal					
<b>Tipo do Programa</b>	Finalístico					
<b>Objetivo Geral</b>	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativos, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.					
<b>Objetivos Específicos</b>	1D49 - Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária. 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação. 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.					
<b>Gerente</b>	Ricardo Max de Oliveira Pereira					
<b>Público Alvo</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice e previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	02/01/07	56,12	80,00	80,00	62,47
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de						

unidades operacionais existentes.
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>

Fonte: Nupla/CGPLAM

***Ação 1D49 – Construção de edifício-sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal***

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar o DPRF de Edifício Sede, em Brasília - DF, que possua estrutura física compatível à suas funções administrativas e operacionais, no sentido de melhor atender aos seus clientes internos e externos.
Descrição	Edificação do complexo central do DPRF, composto de edifício sede, academia, alojamentos, refeitório e centro de convenções localizada na cidade de Brasília/DF, a ser realizada através de certame licitatório, mediante projeto básico definido pela área de engenharia da Polícia Rodoviária Federal.

***Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária***

Tipo	Atividade
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.

***Ação 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades***

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco

	estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

***Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação***

Tipo	Atividade
Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.

**Resultados do Ano 2011:**

1. Foi realizada a renovação do Contrato 04/2010, através de Termo Aditivo, referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas e equipamentos de rádio comunicação.
2. Foi realizado através do Contrato 12/2011, a contratação de empresa especializada de telefonia para fornecimento de serviços de telefonia fixa local – Tronco digital E1 para a sede da Regional, LDN e LDI.
3. Foi realizado através do Contrato 14/2011, a contratação de empresa especializada de telefonia móvel para fornecimento de serviços de dados através do serviço de telefonia móvel – SMP, para 25 equipamento móveis portáteis.
4. Foi realizado através do Contrato 15/2011, a contratação de empresa especializada de telefonia para fornecimento de serviços de telefonia fixa comutado - STFC, para atender aos Postos e Delegacias da Regional.
5. Foi realizado através do Contrato 16/2011, a contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de comunicação dados, através de comutação de pacotes, com CVP's – Circuitos Virtuais Permanentes e Frame Relay, permitindo o encapsulamento de outros protocolos de forma transparente, para a implantação da infra-estrutura necessária à REDE ESTADUAL dos Sistemas da Polícia Rodoviária Federal.
6. Foi realizado através dos Contratos 17/2011 e 18/2011, a contratação de empresas especializadas de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal – SMP) para comunicação de voz e dados via rede móvel com tecnologia digital – inter e intrarregional, LDN e LDI.
7. Foi realizada a aquisição de 56 estações de trabalho através dos Contratos 19/2011 e 21/2011, 28 monitores de vídeo através do Contrato 32/2011, 39 switch de rede gerenciável de 8 e 24 portas através dos Contratos 20/2011 e 31/2011, 56 aparelhos telefônicos IP VOIP através do Contrato 33/2011, 01 Rack 42U através do Contrato 30/2011.

***Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal***

Tipo	Atividade
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento

Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.

## Resultados

Ainda que previsto recurso orçamentário para a manutenção de edificações, não foi possível sua execução uma vez que a modalidade de licitação escolhida, do tipo convite, restou, por duas vezes consecutivas, deserta. No decorrer do exercício de 2012, a UJ vem implementando a referida ação, primordial ao bem-estar do policial rodoviário federal nas suas atividades e à sociedade, cliente primordial da instituição.

### 1.2. PROGRAMA 0663 - Segurança pública nas rodovias federais

#### 1.2.1. Dados gerais do programa

Identificação do Programa de Governo						
<b>Código no PPA</b>	0663					
<b>Denominação</b>	Segurança pública nas rodovias federais					
<b>Tipo do Programa</b>	Finalístico					
<b>Objetivo Geral</b>	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito.					
<b>Objetivos Específicos</b>	<p>Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal.</p> <p>Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.</p> <p>Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública.</p> <p>Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais.</p> <p>Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal.</p> <p>Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais.</p> <p>Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública.</p> <p>Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF.</p> <p>Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais.</p>					
<b>Gerente</b>	Giovanni di Mambro Bosco					
<b>Público Alvo</b>	Usuários de Rodovias Federais					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice e	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

					previsto	
1	unidade	02/01/07	1,51	1,35	1,35	1,27
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
Meta alcançada, devido à priorização da fiscalização nos pontos onde aconteciam acidentes gravíssimos.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	unidade	02/01/07	27,20	25,50	25,50	02/01/07
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	%	01/01/07	65,00	80,00	76,00	Sem apuração
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
Por restrições orçamentárias/financeiras para aquisição de meios e movimentação de pessoal, o Indicador não foi aferido.						

Fonte: Nuplan/CGPLAN.

***Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal***

Tipo	Atividade
------	-----------

Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução de atividades de contagem volumétrica de trânsito, controle de trânsito de veículos pesados, controle de velocidade, monitoramento de veículos e da frota de viaturas, implantação de novas tecnologias para fiscalização de veículos e de condutores e manutenção e aferição de equipamentos relacionados à ação.

#### Resultados

Não foram adquiridos por esta 17ª SRPRF/PI equipamentos de contagem volumétrica de trânsito no ano de 2011. O equipamento radar intimidado os condutores no sentido de adequar a velocidade à regulamentada na rodovia. O sistema radar eletrônico permaneceu ativo durante maior parte do ano, quando em 16/09/2011 fora enviado para conserto e aferição, retornando em fevereiro de 2012.

#### ***Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal***

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.

#### Resultados

A 17ª SRPRF apresenta como missão organizacional o salvamento de vidas, a fiscalização de trânsito, o patrulhamento das rodovias federais, a educação de trânsito e ainda no contexto da segurança pública, portanto de competência no combate à criminalidade e no policiamento ostensivo. Ao longo do exercício de 2011, foram realizados cursos de capacitação, atingindo um total de 139 servidores, policiais e administrativos.

#### **CAPACITAÇÕES REALIZADAS PELA 17ª SRPRF/PI**

<b>CURSO</b>	<b>CARGA HORÁRIA (h/a)</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>Nº DE PRFs CAPACITADOS</b>	<b>Nº DE ADM. CAPACITADOS</b>	<b>TOTAL SERVIDORES</b>	<b>CUSTO</b>
<b>Curso de Contrato Administrativo</b>	<b>16h/a</b>	<b>28/06/2011 à 30/06/2011</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>R\$ 9.530,88</b>
<b>Uso e Emprego de Tecnologias Não Letais TASER 1ª Turma</b>	<b>16h/a</b>	<b>09/06/2011 à 10/06/2011</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>-</b>
<b>Uso e Emprego de Tecnologias Não Letais TASER 2ª Turma</b>	<b>16h/a</b>	<b>14/06/2011 à 15/06/2011</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>-</b>
<b>Uso e Emprego de Tecnologias Não Letais TASER 3ª Turma</b>	<b>16h/a</b>	<b>16/06/2011 à 17/06/2011</b>	<b>20</b>	<b>7</b>	<b>27</b>	<b>-</b>
<b>Uso e Emprego de Tecnologias Não Letais TASER 4ª Turma</b>	<b>16h/a</b>	<b>21/06/2011 à 22/06/2011</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>-</b>
<b>Uso e Emprego de Tecnologias Não Letais TASER 3ª Del- Floriano/PI</b>	<b>16h/a</b>	<b>26/07/2011 à 27/07/2011</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>22</b>	<b>R\$ 1.128,52</b>



<b>Qualificação e requalificação de pregoeiros, Pregão - Presencial e Eletrônico</b>	<b>16h/a</b>	<b>29/30/2011 à 30/30/2011</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>R\$ 1.690,00</b>
<b>Novo Módulo de Compras SIASGNet</b>	<b>12,5h/a</b>	<b>24/10/2011 à 26/10/2011</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>R\$ 1.561,86</b>
<b>Projeto Bem-Me-Quer</b>	<b>40h/a</b>	<b>21/10/2011 à 27/10/2011</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
<b>Projeto Toque de Acolher</b>	<b>4h/a</b>	<b>11/10/2011 à 11/10/2011</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>-</b>
<b>Treinamento do RNTRC</b>	<b>24h/a</b>	<b>21/11/2011 à 24/11/2011</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>R\$ 1.376,26</b>
<b>Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária</b>	<b>80h/a</b>	<b>24/10/2011 à 23/11/2011</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
<b>Curso de Armamento e Tiro</b>	<b>16h/a</b>	<b>14/12/2011 à 15/12/2011</b>	<b>36</b>	<b>-</b>	<b>36</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL:</b>			<b>121</b>	<b>18</b>	<b>139</b>	<b>R\$ 15.287,52</b>

***Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública***

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas

ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
---

## Resultados:

Durante o ano de 2011, o Núcleo de Inteligência da 17ª SRPRF/PI desenvolveu atividades nas áreas de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, à Venda Ilegal de Anfetaminas ao longo das rodovias federais no Estado do Piauí, ao Roubo/Furto de Veículos, à Prática de Estelionato, ao Tráfico de Drogas, ao Crime Ambiental, como também foram realizados acompanhamento de Movimentos Sociais e trabalhos visando à Segurança Orgânica da Regional. Todas essas ações objetivaram subsidiar à tomada de decisão do Superintendente Regional e dos chefes de Seção de Policiamento e Fiscalização, do Núcleo de Operações Especiais e de Delegacias/PRF.

### *Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais*

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciamento de empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães); realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos,

crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim; realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.

## Resultados

As ações de policiamento são efetuadas de forma isolada por parte da Polícia Rodoviária Federal ou em parcerias com os diversos órgãos: Polícia Federal, IBAMA, Polícia Civil e Militar dos Estados, Ministério Público (Federal e Estadual), Receita Tributária (Federal e Estadual), Agências reguladoras de serviços públicos (ANTT, ANVISA, EMBRATEL, ANP), Órgãos estaduais de fiscalização.

No desempenho das atividades descritas há prestação de serviços em parceria com o demais órgãos que extrapolam os limites geográficos das rodovias e estradas federais.

### 1.1 OPERAÇÕES PLANEJADAS E DESENVOLVIDAS PELA REGIONAL

ORDEM MISSÃO	OPERAÇÃO	PERÍODO	RECURSOS EMPREGADOS
01/2011	ANO NOVO	1 a 3/1/2011	7.608,75
02/2011	PIOCERÁ	25 a 28/1/2011	4.336,50
03/2011	INTEGRADA DIVISA PE	15 a 20/2/2011	9.381,00
04/2011	CARNAVAL 2011	4 a 9/3/2011	25.665,00
05/2011	BAÚ DA FELICIDADE	5 a 10/4/2011	9.735,00
06/2011	APREENSÃO DE ANIMAIS I	15 a 20/4/2011	1.947,00
07/2011	APREENSÃO DE ANIMAIS II	16 a 21/5/2011	1.947,00
08/2011	CORPUS CHRISTI	23 a 26/6/2011	Sem ônus
09/2011	FÉRIAS ESCOLARES	15/7 a 1/8/2011	8.673,00
10/2011	APREENSÃO DE ANIMAIS III	25 a 29/08/2011 1 a 5/9/2011 12 a 15/9/2011	3.363,00

11/2011	CAPIVARA	13 a 17/10/2011	11.652,43
12/2011	APREENSÃO DE ANIMAIS IV	27/10 a 1/11/2011	1.836,52
13/2011	CARNAPICOS	28 a 31/10/2012	2.478,00
14/2011	DELTA	10 a 13/11/2011	3.837,75
15/2011	PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	11 a 16/11/2011	12.655,50
16/2011	APREENSÃO DE ANIMAIS V	11 a 15/11/2011	1.593,00
17/2011	ALERTA	18 a 20/11/2011	1.714,00
18/2011	APREENSÃO DE ANIMAIS VI		1.593,00
19/2011	BLINDAGEM I	28 e 29/11/2011	951,52
20/2011	APREENSÃO DE ANIMAIS VII	13 a 22/12/2011	3.142,04
21/2011	RODOVIDAS	16 e 17/12/2011	2.389,50
22/2011	MORFEUS	19 e 20/12/2011	6.000,07
23/2011	NATAL 2011	23 a 25/12/2011	4.425,00
24/2011	FIM DE ANO	28 a 31/12/2011	7.740,80

## 1.2 RESULTADOS OPERACIONAIS

ACIDENTES – PIAUÍ 2011				
DELEGACIA	Quantidade Acidentes	Feridos Leve	Feridos Grave	Vítimas Fatais
DEL.01 - Teresina	1657	514	326	83
DEL.02 - Piripiri	164	70	34	21
DEL.03 - Floriano	229	106	80	30
DEL.04 - Picos	507	220	154	80
DEL.05 - Parnaíba	248	142	69	22
<b>TOTAL</b>	<b>2805</b>	<b>1052</b>	<b>663</b>	<b>236</b>

## AUTUAÇÕES – PIAUÍ 2011

DELEGACIA	COM ABORDAGEM	SEM ABORDAGEM	TOTAL DELEGACIA
DEL.01 - Teresina	11.330	6.706	18.036
DEL.02 - Piripiri	3.410	684	4.094
DEL.03 - Floriano	2.174	1.642	3.816
DEL.04 - Picos	6.234	3.308	9.542
DEL.05 - Parnaíba	5.620	3.064	8.684
<b>TOTAL PIAUÍ</b>	<b>28.768</b>	<b>15.404</b>	<b>44.172</b>
<b>AUTUAÇÕES RADAR</b>			<b>17.137</b>
<b>TOTAL GERAL DE AUTUAÇÕES</b>			<b>61.309</b>

FISCALIZAÇÃO GERAL 2011					
PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO					
Veículos Fiscalizados	Pessoas Fiscalizadas	Fiscalização de Alcoolemia			
		Testes	Autuações	Prisões	
<b>148.895</b>	<b>9.476</b>		<b>511</b>	<b>216</b>	
FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO					
Veículos Retidos	CRLV Recolhidos	CNH's Recolhidas	Auxílios	Escolta / Batetor	Animais Recolhidos
<b>5.888</b>	<b>3.593</b>	<b>747</b>	<b>731</b>	<b>45</b>	<b>1.575</b>

CRIMINALIDADE – APREENSÕES / PRISÕES							
Apreensões	Drogas			Armas		Munições	
	Maconha	Cocaína	Crack	Fogo	Branca	Restrito	Permitido
Ocorrências	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>11</b>
Quantidade	<b>30kg</b>	<b>6kg</b>	<b>50g</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>18</b>	<b>58</b>

### ***Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal***

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos / Sistemas utilizados nas operações de inteligência.

#### **Resultados:**

O Núcleo de Inteligência da 17ª SRPRF/PI vem trabalhando visando a produção do conhecimento com o objetivo de subsidiar o planejamento e a execução de ações ostensivas da Regional, atingindo resultados com um maior grau de eficácia e eficiência.

### ***Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais***

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.

Resultados

Relatório geral comparativo por tipo de acidente										
Período: total de 2010 e 2011										
Números Gerais				ACIDENTES POR TIPO						
Ano	Acidentes	Mortos	Feridos	Atrop. Animal	Atrop. Pedestre	Capotagem	Col.c/ Bicicleta	Col. C/ Ob. Fixo	Col. C/ Outros Veículos	Outros Tipos
2010	2667	207	1656	217	103	105	76	96	1651	419
2011	2782	232	1693	256	101	109	81	91	1718	426
Variação %	4,30%	12,00%	2,20%	17,90%	-2,00%				4,00%	
				Fonte:	SIGER/DPRF		Te,	10/02/2012		

***Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública***

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

Resultados

No decorrer de 2011 o Núcleo de Comunicação Social promoveu um trabalho de divulgação de notícias de interesse interno, bem como de promoção das relevantes ações da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí junto à comunidade local por via de órgãos de imprensa.

No âmbito interno a ferramenta utilizada é o portal intranet e emails funcionais. Em relação ao público externo, faz-se uso de boletins de notícias encaminhados aos meios de comunicação de massa que os divulgam diretamente ao seu público.

Faz-se uso também dos veículos de mídia para levar à comunidade em geral informações acerca dos procedimentos de segurança que deverão ser adotados pelos motoristas quando em viagens utilizando as rodovias federais.

Esta prática é comum por ocasião da execução de Operações de Policiamento e Fiscalização em períodos de festividades do calendário nacional e regional, os chamados feriados prolongados. Nesta ocasião, O Nucom se utiliza dos veículos de imprensa para massificar condutas tidas como adequadas à direção automotiva segura e previdente.

Nestas oportunidades aproveita-se para promover a educação para o trânsito a partir da distribuição de material impresso informativo com relatos de cuidados e providencias do motorista a cerca da condução veicular capaz de garantir uma viagem segura e sem riscos de acidentes.

É importante ressaltar que em nenhuma dessas ações está envolvido custo para a organização PRF. A ralação com os órgãos de imprensa se no mais perfeito interesse de parte a parte, senda que esta demanda a PRF para produzir matéria jornalística, enquanto que nossa instituição de segurança de trânsito concilia este atendimento com a necessidade de levar ao conhecimento da sociedade as regras para um trânsito seguro.

Quanto ao material impresso informativo, é resultado de aquisições gerais do DPRF que são encaminhados para as regionais para desenvolvimento de campanhas no nível local.

#### ***Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF***

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARIs e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.

#### **Resultados:**

O Núcleo de Multas e Penalidades/17 teve como ações principais no ano 2011 a orientação, controle e execução das atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito. A autuação e cadastro de processos de defesa de autuação, restituição de valor e cancelamento de infrações.



Coube ao Núcleo a distribuição, às unidades da Superintendência, das normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito, ao perfeito preenchimento do auto de infração e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades. Também o controle e cadastro dos talões de autos de infrações distribuídos, extraviados ou danificados.

O gerenciamento dos processos de cancelamento de multas, elaboração de mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, para apoio ao Superintendente, assim como prestar apoio técnico à Comissão Administrativa de Defesa de Autuação - CADA, e à Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, na autuação e cadastro dos processos, bem como o lançamento de resultados dos pareceres.

No atendimento ao público, o NMP teve o papel de fornecer informações diversas sobre infrações, como o fornecimento de consultas nada consta, emissão de boletos e cópias de autos de infrações.

Em relação à estrutura física e pessoal no ano 2011, o NMP manteve-se estável. São duas salas de trabalho com quatro ocupantes, com equipamentos suficientes, sendo renovado apenas os monitores dos computadores.

Em nível nacional, não houve o encontro anual com a Divisão de Multas e Penalidades/DPRF.

Confecção de quadro quantitativo de autuações para subsidiar o Superintendente, referente ao CTB e ANTT:

#### QUANTITATIVO DE MULTAS ANO 2011

CTB		RADAR
MÊS		MÊS
JANEIRO = 6.615		JANEIRO = 2.560
FEVEREIRO = 5.775		FEVEREIRO = 2.550
MARÇO = 6.501		MARÇO = 2.801
ABRIL = 6.443		ABRIL = 2.603
MAIO = 6.306		MAIO = 2.280
JUNHO = 5.269		JUNHO = 1.341
JULHO = 4.492		JULHO = 342

AGOSTO = 5.996		AGOSTO = 2.438
SETEMBRO = 3.669		SETEMBRO = 222
OUTUBRO = 3.616		OUTUBRO = 00
NOVEMBRO = 4.042		NOVEMBRO = 00
DEZEMBRO = 3.777		DEZEMBRO = 00
TOTAL DO ANO = 62.501		TOTAL DO ANO = 17.137
MULTAS = 2011	ANTT	
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	TRANSPORTE DE CARGAS/RNTRC	
TOTAL = 335	TOTAL = 196	TOTAL GERAL = 531

***Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais***

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.

**Resultados**

<b>Período</b>	<b>Tema</b>	<b>Tipo de</b>	<b>Local</b>	<b>Público</b>
----------------	-------------	----------------	--------------	----------------

		Ação		
Fevereiro	Educação de trânsito	Palestras	Institutos de educação	200
Março	Trânsito (Álcool, velocidade)	Palestras	Escolas Públicas e Privadas	300
Abril	Trânsito (Motociclista)	Palestras	Associações profissionais	150
Maiο	Trânsito (Motociclista)	Palestras	Associações profissionais	150
Junho	Trânsito (Viaje com segurança)	Palestras	Escolas Públicas e Privadas	300
Julho	Trânsito (Viaje com segurança)	Palestras	Escolas Públicas e Privadas	300
Agosto	Trânsito (Regras gerais)	Palestras	Empresas transportes	110
Setembro	Semana Nacional Trânsito	Palestras	Escolas Públicas e Privadas	400
Outubro	Trânsito (Álcool, ultrapassagens)	Palestras	Transportadoras	150
Novembro	Trânsito (viaje com segurança)	Palestras	Escolas Públicas e Privadas	300

### 3. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS ALCANÇADOS

Ao longo do tempo a sociedade como um todo evolui em vários aspectos, dentre estes está o acesso aos bens materiais. Atualmente há uma grande facilidade em se adquirir um veículo automotor, seja carro e principalmente motocicletas, alterando as rotinas no trânsito de veículos e pessoas. Além disso as modalidades de crimes surgem diariamente. Desta forma as instituições responsáveis por promover o bem estar, a garantia de segurança e deixar visível uma sensação de segurança tem por obrigação manter seus resultados positivos sempre em crescimento.

A Polícia Rodoviária Federal como órgão integrante do quadro de segurança pública no país deverá sempre buscar meios e formas de utilizar os recursos humanos e materiais com maior e mais visível eficiência sob pena de sucumbir frente ao avanço da sociedade e às cobranças desta.

Desta forma a 17ª SRPRF/PI vem buscando ao longo dos últimos anos melhorar seus resultados operacionais no sentido de cumprir seu papel nesta função de repassar ao cidadão sensação de segurança. Isto se dar com uma melhor estruturação dos postos fixos com materiais e meios para o policial desempenhar sua função. A busca por resultados mais expressivos e a aproximação do órgão com o cidadão fiscalizado torna esta tarefa mais fácil. Assim a aproximação da Polícia Rodoviária Federal aos fiscalizados através de campanhas e palestras de trânsito faz com que tenhamos uma redução no cometimento de infrações administrativas e penais. Esta mesma aproximação com a divulgação da instituição, seus objetivos intenções faz com que os atos repressivos sejam compreendidos pelo cidadão.

### I.3. PROGRAMA 0750 - Apoio Administrativo

#### I.3.1. Dados gerais do programa

Identificação do Programa de Governo					
<b>Código no PPA</b>	0750				
<b>Denominação</b>	Apoio Administrativo				
<b>Tipo do Programa</b>	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais				
<b>Objetivo Geral</b>	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos				
<b>Objetivos Específicos</b>	Ação 2000 – Administração da Unidade Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
<b>Gerente</b>	Não existe				
<b>Público Alvo</b>	Governo				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>					
Esse Programa contempla despesas obrigatórias (pessoal ativo, assistência médica e auxílios alimentação, creche e transporte), cuja execução independe de transferência de limite orçamentário, as quais foram atendidas plenamente. De outro turno, as despesas discricionárias (Ação 2000 – Administração da Unidade) não foram integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos.					

Fonte: Nupla/CGPLAM.

***Ação 2000 – Administração da unidade***

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frotas veiculares, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>

**Resultados:**

A dotação orçamentária alocada nesta ação se destina ao custeio de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico, tais como: fornecimento de água e tratamento de esgoto, energia elétrica, material de consumo, locação de mão-de-obra, estagiários, manutenção de bens móveis e imóveis, imprensa nacional, diárias administrativas, locação de bens móveis e imóveis, remoção de servidores, frete e transporte de encomendas, licenciamento da frota de veículos, correios, serviços gráficos, cópia e reprodução de documentos, publicação de editais de licitação.

Dos contratos estabelecidos no exercício de 2011 por esta 17ª SRPRF/PI, destacam-se:

- 01/2011 – Contratação de empresa para o fornecimento de passagens aéreas nacionais e operacionalização de reservas e serviços afins;
- 12/2011 – Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de telefonia fixa E1, longa distância nacional e longa distância internacional, a ser executado de forma contínua;
- 13/2011 – Contratação de serviço continuado de empresa especializada em gestão de frota com gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos;
- 14/2011 – Contratação de empresa especializada no serviço de transferência de dados através do Serviço de Telefonia Móvel Pessoal;
- 15/2011 – Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado para a Sede, Delegacias e Postos da 17ª SRPRF/PI;
- 16/2011 – Serviços de Comunicação de Dados através de comutação de pacotes;
- 17/2011 – Prestação de serviços de Telefonia Móvel – SMP para comunicação de voz e dados, via rede móvel;
- 18/2011 – Prestação de serviços de Telefonia Móvel – SMP para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital;
- 19/2011 – Contratação de empresa para o fornecimento de passagens aéreas nacionais e operacionalização de reservas e serviços afins;
- 25/2011 – Contratação de serviços médicos veterinários contínuos, visando a prevenção, manutenção e tratamento de 04 (quatro) cães policiais pertencentes ao DPRF;
- 29/2011 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Vigilância Armada no edifício Sede;

A 17ªSRPRF, no decorrer do exercício de 2011, adquiriu materiais vinculados diretamente às atividades fins, tais como materiais permanentes de informática, entre eles, monitores de LCD, uniformes, botas táticas, coletes balísticos, caixa de transporte de cães, material pré-hospitalar e de triagem de saúde. Foram realizados 09 (nove) pregões eletrônicos, 01 (um) convite para manutenção de edificações, 08 (oito) dispensas e 04 (quatro) inexigibilidades, com o escopo de fomentar a continuidade e manutenção dos serviços da Polícia Rodoviária Federal desde o âmbito interno de suas unidades até o usuário em trânsito nas rodovias federais ou mesmo a sociedade, ainda que indiretamente, afetada.

**Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes**

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e

	odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
--	--

#### I. Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

#### ***Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados***

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

#### I. Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

#### ***Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados***

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-

	versa.
--	--------

I. Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

**Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados**

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados, ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.

I. Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

**Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais**

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

I. Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

**Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos**

Tipo	Atividade
------	-----------



Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.

## I. Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

### II.1.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

O **Quadro A.2.1** somente deve ser preenchido pelas UJ que tiverem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA), o que não é o caso da 17ª SRPRF/PI.

### II.1.2 Execução Física das Ações Realizadas pela 17ª SRPRF/PI

Quadro I - Execução Física das Ações Realizadas pelo DPRF.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
6	181	663	2B11	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	A meta prevista pela LOA foi definida pela Unidade Orçamentária e não pela Unidade Jurisdicionada.	17.137	A meta prevista pela LOA foi definida pela Unidade Orçamentária e não pela Unidade Jurisdicionada.
6	128	663	2524	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade		139	
6	183	663	2720	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade		10	
6	181	663	2723	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade		148.895	
6	183	663	2816	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade		10	
6	181	663	4290	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade		2.782	
6	181	663	86A1	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade		62.501	
6	452	663	8692	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade		2.360	
6	301	750	2004	Atividade	3 – Outras prioridade	unidade		0	
4	365	750	2010	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade		0	
4	331	750	2011	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade		0	
4	306	750	2012	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade		0	

6	181	1386	200C	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade		
6	181	1386	200C – 0052	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade		0
6	181	1386	200G-0001	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade		0
6	181	1386	200G-0056	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade		0
6	181	1386	200G-0058	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade		0
6	181	1386	200G-0060	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade		0
6	181	1386	200G-0070	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade		0
6	181	1386	200G-072	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade		0
6	181	1386	200G-0074	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade		0
6	181	1386	200G-0078	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade		0
6	181	1386	8623	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade		0
6	181	1386	8623-0023	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade		0
6	181	1386	8698	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	% de manutenção		0
6	122	1386	1D49	Projeto	4 – Nenhuma prioridade	% execução financeira		54
6	301	750	20CW	Atividade	4- Nenhuma prioridade	unidade		Ver DISAS/CGRH

Fonte: Nupla/CGPLAM.

## D) Desempenho Operacional e Financeiro

### I.1. Programação Orçamentária das Despesas

## Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ

A 17ª SRPRF/PI não é Unidade Orçamentária nem apresenta UGO consolidada ou agregada.

### I.1.1 Programação Orçamentária da Despesa

Não se aplica à 17ª SRPRF/PI o quadro A.2.3 da Parte A da Portaria TCU nº 123/2011, quando a UJ não se enquadra como UO, nem detém UGO consolidada ou agregada que permita o registro contábil dos créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

### I.1.2 Programação das Despesas Correntes

Não se aplica à 17ª SRPRF/PI o quadro A.2.4 da Parte A da Portaria TCU nº 123/2011, quando a UJ não se enquadra como UO, nem detém UGO consolidada ou agregada que permita o registro contábil dos créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

### I.1.3 Programação das Despesas de Capital

Não se aplica à 17ª SRPRF/PI o quadro A.2.5 da Parte A da Portaria TCU nº 123/2011, quando a UJ não se enquadra como UO, nem detém UGO consolidada ou agregada que permita o registro contábil dos créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

### I.1.4 Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Não se aplica à 17ª SRPRF/PI o quadro A.2.6 da Parte A da Portaria TCU nº 123/2011, quando a UJ não se enquadra como UO, nem detém UGO consolidada ou agregada que permita o registro contábil dos créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

## II.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

### Quadro II - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos				3.387.100,35	
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos			449.906,54		

<b>Movimentação</b>	<b>Concedidos</b>					
<b>Externa</b>	<b>Recebidos</b>					

## II.2.1 Análise Crítica das Concessões e Recebimento de Créditos Orçamentários por Movimentação Interna e Externa

### - DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS

A 17ª SRPRF, como órgão descentralizado, mantém uma relação de dependência quanto à movimentação orçamentária interna com o DPRF, assim os recursos utilizados pela Unidade Regional no exercício de 2011 correspondem apenas aos descentralizados. A gerência desses recursos pela Unidade Jurisdicionada não vai além da manutenção das necessidades constantemente repassadas ao órgão central, quando o planejamento das descentralizações e a definição do orçamento cabe ao DPRF. As aquisições destinadas às áreas de investimentos são integrantes das diretrizes do DPRF por licitações centralizadas nas chamadas Unidades Centralizadoras de Compras.

#### E ) Execução Orçamentária da Despesa

##### I. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ:

###### a. Despesas por Modalidade de Contratação;

Não houve execução orçamentária de créditos originários da 17ª SRPRF/PI, mesmo porque a mesma não se enquadra como Unidade Orçamentária, assim os recursos executados em 2011 correspondem aos movimentados por descentralização do DPRF.

###### b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;

Não houve execução orçamentária de créditos originários da 17ª SRPRF/PI, mesmo porque a mesma não se enquadra como Unidade Orçamentária, assim os recursos executados em 2011 correspondem aos movimentados por descentralização do DPRF.

###### c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

Não houve execução orçamentária de créditos originários da 17ª SRPRF/PI, mesmo porque a mesma não se enquadra como Unidade Orçamentária, assim os recursos executados em 2011 correspondem aos movimentados por descentralização do DPRF.

#### II. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação

##### 1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro III - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	<b>2.373.809,83</b>	<b>3.155.301,24</b>	<b>1.518.497,76</b>	<b>2.144.015,73</b>
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	<b>200.795,87</b>	<b>484.486,99</b>	<b>150.082,00</b>	<b>462.701,04</b>
Inexigibilidade	<b>63.114,90</b>	<b>139.682,98</b>	<b>58.774,12</b>	<b>110.829,31</b>
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos				
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha				
Diárias				
<b>Outras</b>				
Não aplicável	<b>1.199.286,29</b>	<b>722.457,77</b>	<b>1.129.403,48</b>	<b>721.687,11</b>

2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro IV - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>								
08 – outros benefícios assistenciais	10.544,14	50.954,66	10.544,14	50.954,66	0	0	10.544,14	50.954,66
14 - diárias	557.291,96	593.084,12	556.890,91	593.084,12	401,05	0	556.890,91	592.683,07
30 – material de consumo	956.780,13	765.507,36	601.917,12	621.761,92	354.863,01	143.745,44	601.917,12	621.761,92
33 – passagens e despesas com	70.803,31	93.628,80	57.905,84	84.093,27	12.897,47	9.535,53	57.905,84	84.093,27

locomção								
37 – locação de mão-de-obra	730.466,63	652.637,87	701.158,55	631.188,91	29.308,08	21.448,96	701.158,55	631.188,91
39 – outros serviços de terceiros	754.366,52	815.277,15	587.081,77	705.944,78	167.284,75	109.332,37	587.081,77	705.944,78
47 – obrigações tributárias e contributivas	8.070,00	4.160,62	6.136,08	4.152,86	1.933,92	7,76	6.136,08	4.152,86
92 – despesas de exercícios anteriores	214.244,54	40.819,60	214.244,54	40.819,60	0	0	214.244,54	40.819,60
93 – indenizações e restituições	78.230,44	28.689,96	78.230,44	28.689,96	0	0	78.230,44	28.689,96
Outras Despesas	6.302,68	7.701,22	4.963,17	7.222,31	1.339,51	478,91	4.963,17	7.222,31

Quadro V - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 – Investimentos</b>								
52 - equipamento e material permanente	449.906,54	1.449.467,62	37.654,80	671.721,85	412.251,74	777.745,77	37.654,80	671.721,85
<b>5 - Inversões Financeiras</b>								
<b>6 - Amortização da Dívida</b>								

Os créditos orçamentários recebidos contribuíram para o custeio das atividades da Polícia Rodoviária Federal no âmbito da Regional, ao prover as atividades com equipamentos de informática, com prioridade aos Postos de fiscalização e Delegacias.

Por não ser a UJ responsável pelo planejamento e diretrizes quanto ao orçamento, a limitação orçamentária adveio do órgão central (DPRF), restringindo-se a UJ apenas quanto à execução orçamentária do que for descentralizado pelo DPRF, buscando fazê-lo de forma eficiente, procurando otimizar os resultados operacionais.

## Indicadores Institucionais

A PRF ainda não desenvolveu indicadores institucionais para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão.

### 3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

#### 3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

Informamos que nesta 17ªSRPRF, UG:200127/00001, exercício 2011, não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, logo, não se verificou qualquer movimentação nas Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

### 4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIO ANTERIORES.

#### 4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro VI - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2011</b>
2010	-	-	-	-
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
2007	2.070,00	-	-	2.070,00
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2011</b>
2010	1.062.294,74	88.177,85	962.663,82	11.453,07
2009	570.516,76	105.899,30	464.617,46	0,00
2008	842.284,58	95.590,99	746.693,59	0,00
2007	663.545,07	17.438,80	646.106,27	0,00
<b>Observações:</b>				

### **Análise crítica.**

Os restos a pagar processados de 2007 no valor de R\$ 2.070,00, relativos às Notas de Empenho 2007NE900010 e 2007NE900076, estão sendo analisadas pela área financeira (Núcleo de Orçamento e Finanças) para fins de anulação, se for o caso.

Os saldos de restos a pagar não processados de 2010 no valor de R\$ 11.453,07, referem-se a despesas ainda não liquidadas e que serão analisadas pelo Núcleo de Orçamento e Finanças, cujos valores serão analisados pela área para posterior pagamento da despesa ou cancelamento da inscrição, se for o caso.

## **5. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

### **5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos**

#### **5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada**

**Quadro VII – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**

<b>Tipologias dos Cargos</b>	<b>Lotação</b>		<b>Ingressos no exercício</b>	<b>Egressos no exercício</b>
	<b>Autorizada</b>	<b>Efetiva</b>		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>		238	3	
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		238	3	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		238	3	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		0	0	0
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>		238	3	5

Fonte:

#### **5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada**

**Quadro VIII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12**



<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	1
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	0
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>5</b>

Fonte:

### 5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro IX – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>				
1.1. Cargos Natureza Especial	NÃO HÁ	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	NÃO HÁ	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	NÃO HÁ	0	1	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	NÃO HÁ	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	NÃO HÁ	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	NÃO HÁ	0	0	0
1.2.5. Aposentados	NÃO HÁ	0	0	0
<b>2. Funções gratificadas</b>				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	NÃO HÁ	26	13	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	NÃO HÁ	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	NÃO HÁ	0	0	0
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	NÃO HÁ	26	14	2

Fonte:

### 5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro X – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	15	68	89	31	09
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provedimento de cargo em comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	10	14	2	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>15</b>	<b>78</b>	<b>103</b>	<b>33</b>	<b>09</b>

Fonte:

### 5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro XI – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	3	3	89	117	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Funções gratificadas					7	19			
<b>3. Totais (1+2)</b>			<b>3</b>	<b>3</b>	<b>96</b>	<b>136</b>			

#### **LEGENDA**

##### **Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

### 5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

#### 5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro XII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>		
1.1 Voluntária	92	1

1.2 Compulsória	3	1
1.3 Invalidez Permanente	6	-
1.4 Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>		
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	1	-
2.3 Invalidez Permanente	1	-
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>103</b>	<b>2</b>

Fonte:

### 5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro XIII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>		
1.1. Integral	26	1
1.2. Proporcional	-	-
<b>2. Em Atividade</b>	12	-
<b>3. Total (1+2)</b>	38	1

Fonte:

### 5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XIV - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>					
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	3	3	3	3	15.816,00
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-

2.2 Área Meio	27	27	27	27	86.033,34
<b>3. Total (1+2)</b>	30	30	30	30	101.849,34

Fonte:

#### 5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro XV - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Venci- mentos e vantagen s fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2011	23209561,24	17477,12	1978942,71	702637,11	81477,00	962596,18	11357,63	0,00	88028,10	27.052.077,09
	2010	22337983,25	7842,72	1925536,28	901970,76	2244,96	543178,92	832911,37	1855,19	1982247,80	28.535.771,25
	2009	18684415,25	14825,50	1792497,44	1838468,20	2597,31	302504,81	406695,40	0,00	1018743,73	24.060.747,64
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2011										
	2010										

	<b>2009</b>										
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	84353,12	21746,23	12969,37	0,00	2696,00	7319,40	36,76	0,00	0,00	129.120,88
	<b>2010</b>	123880,6 2	29102,76	12969,37	4323,12	0,00	15341,70	4400,00	0,00	354,12	190.371,69
	<b>2009</b>	111078,9 6	29102,76	12086,35	8057,56	0,00	7084,76	2304,00	0,00	0,00	169.714,39
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	3372341, 30	93688,83	291822,61	113762,11	110830,00	115284,47	5076,13	0,00	18167,0 7	4.120.973,00
	<b>2010</b>	3220237, 79	94223,77	295359,27	95267,04	0,00	60836,56	110180,00	0,00	11964,2 5	3.888.069,00
	<b>2009</b>	2823130, 92	93631,09	254415,49	76124,82	0,00	41941,19	52962,00	0,00	22491,7 8	3.364.697,00
Fonte:											

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Nesta Unidade Jurisdicionada, não há quantificação de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade, o que justifica a não incidência deste subitem.

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Medidas definidas e adotadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em parceria com o DPRF, não tendo a UJ participação na tomada de decisões.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro XVI - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200127						CNPJ: 00.394.494/0122-23							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	29/2011	PIVSEG-PIAUI VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA (10674819/0001-98)	26/12/11	25/12/12			8	8			A
<b>Observações:</b> O Edital relativo à contratação prevê comprovação de formação técnica específica da mão-de-obra mediante Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, é o constante no subitem 6.1. do Anexo I-Termo de Referência.													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Unidade Contratante													

Nome:17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão:200127							CNPJ: 00.394.494/0122-23						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	14/2009	HAVAÍ VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA (08.578.865/0001-41)	28/12/2009	27/12/2012			4	4		P	
<b>Observações:</b> O Edital relativo à contratação prevê comprovação de formação técnica específica da mão-de-obra mediante Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, é o constante no subitem 5.1. do Anexo I-Termo de Referência.													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Quadro XVII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome:17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão:200127							CNPJ: 00.394.494/0122-23						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	



2010	17	7, 10 e 11.	17/2010	O.S. SOUZA TRANSPORTE DE CARGAS – CAELY BLUE EXPRESS ME/EPP (11.794.559/0001-57)	19/07/10	18/07/12	3	3	1	1				P
<b>Observações:</b>														
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conservação e Limpeza;</li> <li>2. Segurança;</li> <li>3. Vigilância;</li> <li>4. Transportes;</li> <li>5. Informática;</li> <li>6. Copeiragem;</li> <li>7. Recepção;</li> <li>8. Reprografia;</li> <li>9. Telecomunicações;</li> <li>10. Manutenção de bens móveis</li> <li>11. Manutenção de bens imóveis</li> <li>12. Brigadistas</li> <li>13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes</li> <li>14. Outras</li> </ol> <p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.  <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>														

## 5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

### **Absenteísmo**

Foram registrados, no âmbito desta 17ª SRPRF/PI, o total de 509 atestados médicos e nenhuma falta injustificada durante o exercício de 2011.

### **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais**

Ainda não há indicadores para esse tipo de evento no âmbito da 17ª SRPRF/PI, nem a nível nacional, da CGRH. Os ajustes a serem implementados pela gestão de pessoas, segundo o DPRF, contemplam levantamento de Indicadores de desempenho destinados a aferir, acompanhar a administrar informações e ações inerentes à saúde dos servidores, inclusive monitorando a quantidade e natureza dos acidentes de trabalho e a ocorrência de doenças ocupacionais.

### **Rotatividade (*turnover*)**

Ingresso	3
Aposentadoria	2
TOTAL RESULTANTE	1 (saldo positivo)

### **Educação Continuada**

#### Plano Anual de Ensino - PAE

O *Plano Anual de Ensino – PAE2011*, elaborado pela regional foi encaminhado a Coordenação de Ensino e esta atendeu os requisitos para a execução.

Sempre que existe a necessidade de execução de um projeto, é encaminhado a proposta de realização dos cursos, considerando não apenas a aprovação da COEN como também das áreas do DPRF com relação direta na aplicação dos ensinamentos propostos.

A destinação de recursos para atender demandas específicas do PAE/2012.

#### Das ações de Ensino presencial

O NUCAP, dentre outras atribuições é responsável pelo acompanhamento da execução das ações de capacitação realizadas pela 17ª SPRF/PI, seja por iniciativa da Regional ou por solicitação das Instituições parceiras.

No ano de 2011 foram realizadas 21 ações de capacitações presenciais no âmbito do DPRF, em todas as Regionais, atingindo um público total de 142 policiais rodoviários federais.

O produto resultante das ações de capacitação é medido em unidades de capacitação, ou seja, a quantidade de servidores que participam de eventos de capacitação com a frequência mínima e/ou obtendo resultado de aptidão. Dessa forma, para um efetivo médio de 236 servidores,

alcançamos o índice de 0,8 unidades de capacitação por servidor.

#### Dados de capacitação consolidados mês a mês no ano de 2011

Considerando-se o somatório da carga horária dos eventos por efetivo atingido, alcançamos o total aproximado de 1.534,50 horas-aula, o que representa um índice de 6,50 horas-aula de capacitação por servidor.

Observa-se, abaixo, que o número de capacitação mensal atingiu o pico no mês de dezembro e que mais da metade das capacitações realizadas no ano ocorreram entre os meses de junho e dezembro de 2011.

#### NÚMERO DE CAPACITAÇÕES ALCANÇADAS MÊS A MÊS – 2011

Responsáveis pelos eventos	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAIS
Evolução 2011	0	0	0	0	0	5	2	0	2	4	3	7	23

#### Das ações em parceria com outras Instituições

O NUCAP/PI ofereceu a outras instituições 18 vagas. Dentre todos servidores da Regional capacitados, alguns foram em razão das parcerias realizadas por vagas oferecidas pelas instituições.

#### Das disposições finais

Além do acréscimo no número de ações e unidades de capacitações executadas, observamos uma distribuição mais homogênea das ações no que tange ao número de servidores atingidos em todas as Regionais, desde os que atuam na área finalística até os superintendentes e chefes de distritos regionais.

As ações de iniciativa da Coordenação de Ensino em atenção às demandas das outras Coordenações tiveram importante papel na melhoria da

democratização do ensino uma vez que, em geral, sempre exigem a participação de representantes de todas as Regionais e estes, de alguma forma, dissiparão todo o conhecimento em âmbito nacional.

#### Satisfação e motivação

Não há indicadores.

6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO 2010.

Os itens relacionados abaixo não se aplicam à PRF, vejamos:

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício;68

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse.

Justificativa: A PRF não tem nenhum convênio de repasse de recursos para órgãos estaduais e municipais, para que estes executem ação governamental sob sua responsabilidade.

7. DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

Quadro XVIII – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Jean Ricardo Alves Duque**, CPF nº 034.736.987-17, **Chefe da Seção Administrativa e Financeira**, exercido na **17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Teresina, 25 de março de 2012.

**Jean Ricardo Alves Duque**

034.736.987-17

**Chefe da Seção Administrativa e Financeira**

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro XIX – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

8.2 Análise Crítica

Os servidores, em cumprimento à Portaria Ministerial MP/CGU nº 298, de 06.09.2007, encaminham até o início de junho de cada exercício ao Recursos Humanos uma autorização para que os órgãos de controle interno tenham acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física ou a Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado ou cópia da Declaração de Bens e Renda, apresentada à Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, estas, anualmente, em papel impresso. Nesta última opção, os servidores encaminham as declarações por meio de sua chefia imediata, mediante memorando.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO XX – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		

12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X



22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Considerações gerais:					

## **LEGENDA**

### **Níveis de Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras

10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XXI - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

<b>Aspectos sobre a gestão ambiental</b>	<b>Avaliação</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <b>As licitações realizadas no exercício de 2011, por não contemplarem a aplicação da sustentabilidade ambiental, não foi possível a exigência de critérios, inclusive os editais declaram, de forma expressa, a não aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental.</b>					<b>x</b>
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			<b>x</b>		

3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					X
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <b>As lâmpadas econômicas adquiridas contribuem para a redução do consumo de energia.</b>					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <b>Foram firmados 03 (três) contratos administrativos no âmbito regional, decorrente de licitação conduzida pelo DPRF como uma das Unidades Centralizadoras de Compras, ficando responsável pelas especificações e adoção de critérios de sustentabilidade ambiental.</b>					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <b>Por ser a contratação de serviços de manutenção de impressoras, cabe à Contratada os procedimentos quanto ao descarte dos cartuchos ou toners, devendo atender aos critérios ambientais.</b>					X

9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					<b>X</b>
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. <b>A UJ vem implementando, através de Comissão de Infraestrutura designada pela Portaria nº 068, de 19/03/2012, as exigências da IN nº 01/2010 quanto à sustentabilidade ambiental nas obras e serviços de engenharia. Não foi possível aplicar os critérios de sustentabilidade no exercício de 2011 quando o Convite nº 01/2011, referente à manutenção de edificações, restou deserto por duas vezes consecutivas.</b>			<b>X</b>		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. <b>Com a implantação iniciada no final do ano de 2011, a UJ vem consolidando a separação dos resíduos recicláveis descartados com Projeto Básico em finalização executado por Comissão Especial para implantação de coleta seletiva solidária, nos termos da Portaria nº 032, de 07/02/2012.</b>				<b>X</b>	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	<b>X</b>				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	<b>X</b>				
Considerações Gerais:					
<p><b>LEGENDA</b> Níveis de Avaliação:</p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p>					

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro XXII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	<b>PIAUÍ</b>	<b>13</b>	<b>13</b>
	Teresina	<b>04</b>	<b>04</b>
	Campo Maior	<b>01</b>	<b>01</b>
	Piripiri	<b>01</b>	<b>01</b>
	Piracuruca	<b>01</b>	<b>01</b>
	Floriano	<b>01</b>	<b>01</b>
	Picos	<b>01</b>	<b>01</b>
	Valença	<b>01</b>	<b>01</b>
	Alegrete	<b>01</b>	<b>01</b>
	Parnaíba	<b>02</b>	<b>02</b>
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>13</b>	<b>13</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>13</b>	<b>13</b>

Fonte:

Quadro XXIII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalação
200127	1043.00016.500-9 (Município de Campo Maior)	11	6	37.050,65	24/05/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1077.00036.500-2 (Município de Floriano)	11	6	29.774,48	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1153.00044.500-5 (Município de Parnaíba)	11	6	44.367,30	07/12/01	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	2269.00002.500-4 (Município de <b>Alegrete do Piauí</b> )	11	6	22.531,10	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1165.00005.500-6 (Município de Piracuruca)	11	6	45.903,60	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1167.00212.500-8 (Município de Piri-piri)	11	6	53.146,18	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1159.00017.500-7 (Município de Picos)	11	6	27.983,74	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1225.00011.500-6 (Município de Valença)	11	6	63.468,29	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1219.00122.500-5 (Município de Teresina)	11	6	8.971,42	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1219.00123.500-0 (Município de	11	6	22.660,09	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00

	Teresina)							
200127	1219.00154.500-0 (Município de Teresina)	11	6	21.797,71	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1219.00214.500-5 (Município de Teresina)	13	6	8.697.384,27	10/05/2002	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
<b>Total</b>							0,00	0,00
Fonte:								

### Análise Crítica

Destaca-se no entanto que, apesar de na tabela acima estarem inscritos apenas 12 imóveis, a UG 200127 faz uso ainda de um imóvel localizado na cidade de Parnaíba/PI. Sua retirada temporária do Spiunet foi providenciada pela Superintendência de Patrimônio da União para desmembrar parte do imóvel à Procuradora da República, aguarda, portanto, a UJ o cadastramento pela SPU.

Por fim, no que se refere às atualizações dos valores dos bem imóveis, a UJ espera respostas aos ofícios encaminhados à Superintendência de Patrimônio da União, competente privativa pelo valor venal do imóvel, é o que preceitua o art. 67 do Decreto-Lei nº 9.760/46, e à Caixa Econômica Federal, a proceder avaliação mais fidedigna à realidade de mercado .

## 12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

### 12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

#### Quadro XXIV – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados					
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento da área</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					
<b>Perfil dos Recursos Humanos envolvidos</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. (02)					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					
<b>Segurança da Informação</b>					



6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b> <b>Níveis de avaliação:</b> <b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. <b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. <b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. <b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. <b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Como o planejamento quanto a aquisições, segurança da informação, desenvolvimento e produção de sistemas e diretrizes sobre terceirização é centralizado na Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização, não apresenta a 17ª SRPRF/PI gestão sobre estas atividades, o que torna o Quadro A.12.1 não aplicável.

### 13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.

#### 13.1. Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo.

Como não houve utilização de Cartões de Crédito Corporativo pela 17ª SRPRF no ano de 2011, resta prejudicado o item 13 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010, bem como os Quadros A.13.1. e A.13.2.

### 14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Os itens relacionados abaixo não se aplicam à PRF, vejamos:

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ;

14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida;

14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física ;

14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica;

14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária;

14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas;

14.7 Comunicações à RFB;

14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas;

14.9 Declaração;

14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Justificativa: A PRF não arrecada, nem tem competência para renunciar tributos.

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.

15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

A UJ não teve suas contas julgadas pelo TCU ou mesmo não há acórdão, decisão ou relatório do TCU relacionada à UJ no exercício de 2011.

15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro XXV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			002823
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109031	1.1.1.1 1.1.1.2 1.1.1.3 1.1.1.8 1.1.2.1 2.1.1.1 2.1.1.2	Ofício nº 22.652/CGU-Regional/PI/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			002823
Descrição da Recomendação:			
<p><u>Recomendação 1 (Item 1.1.1.1):</u> Cumprir o que determina o Decreto nº 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, destinando os resíduos às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.</p> <p><u>Recomendação 2 (Item 1.1.1.2):</u> Cumprir o que determina a IN SLTI nº 01/2010, adotando, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.</p> <p><u>Recomendação 3 (Item 1.1.1.3):</u> Cumprir o que determina a IN SLTI nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.</p>			

Recomendação 4 (Item 1.1.1.8): Gestionar junto ao órgão central a instituição de um Comitê Gestor da Segurança da Informação com base na Política de Segurança da Informação da Unidade.

Recomendação 5 (Item 1.1.2.1):

5.1. Providenciar a atualização de todas as avaliações vencidas dos imóveis sob sua responsabilidade, pois a avaliação dos imóveis para fins cadastrais e contábeis é válida pelo prazo de dois anos, conforme Orientação Normativa GEADE-004/2003 e Macrofunção 021107 do SIAFI.

5.2. Regularizar os saldos de contas dos imóveis de Uso Especial não registrados no SPIUnet.

5.3. Disponibilizar cursos de capacitação aos servidores responsáveis pelo acompanhamento de bens imóveis.

Recomendação 6 (Item 2.1.1.1): Criar rotinas de forma a exigir o atendimento dos requisitos indispensáveis à execução das despesas previstos na Lei nº 4.320/64.

Recomendação 7 (Item 2.1.1.2): Atue de maneira mais diligente a fim de que se dê o cumprimento aos prazos legais.

#### **Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
1.1.1.1 - Setor Responsável: Seção Administrativa e Financeira	<b>014375</b>
1.1.1.2 - Setor Responsável: Seção Administrativa e Financeira	<b>014375</b>
1.1.1.3 - Setor Responsável: Seção Administrativa e Financeira	<b>014375</b>
1.1.1.8 - Setor Responsável: Núcleo de Telemática	<b>012266</b>
1.1.2.1 - Setor Responsável: Seção Administrativa e Financeira	<b>014375</b>
2.1.1.1 - Setor Responsável: Núcleo de Orçamento e Finanças	<b>014377</b>
2.1.1.2 - Setor Responsável: Seção Administrativa e Financeira	<b>014375</b>

#### **Síntese da providência adotada:**

Providências 1 (Item 1.1.1.1): Visando atender à recomendação, foi instaurada a Portaria nº 032, de 07/02/2012, de designação de Comissão Especial para implantação de coleta seletiva solidária no âmbito da 17ª SRPRF/PI no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua publicação, em 08/02/2012. A Comissão está finalizando o Projeto Básico, fase prévia e obrigatória da coleta.

Providências 2 (Item 1.1.1.2): A 17ª SRPRF/PI, na elaboração dos editais, está atenta aos critérios de sustentabilidade ambiental exigidos na IN nº 01/2010, apresentando, em seu quadro, servidor capacitado mediante curso à distância, “Compras e Contratações Públicas Sustentáveis”, ministrado pelo MPOG.

Providências 3 (Item 1.1.1.3): Mesmo com a implementação dos critérios de sustentabilidade pela 17ª SRPRF/PI, não houve contratação de obras no exercício de 2011. Quanto à contratação de serviços ou aquisição de bens, a Unidade Jurisdicionada busca adequar à IN nº 01/2010, quando é possível aplicar ao objeto as exigências normativas previstas nos Arts. 5º e 6º da IN nº 01/2010.

<b>Providências 4 (Item 1.1.1.8):</b> Diante da necessidade de gerenciar junto ao DPRF a instituição de um Comitê Gestor da Segurança da Informação com base na Política de Segurança da Informação, importa ressaltar que este Comitê integra as Unidades Descentralizadas, inclusive a 17ªSRPRF/PI.
<b>Providências 5 (Item 1.1.2.1):</b> Como meio para garantir uma análise fidedigna à valorização imobiliária no Estado do Piauí e diante da inexistência de engenheiro nos quadros funcionais, nos termos da Responsabilidade pelas Avaliações (tópico 4.3) da Orientação Normativa GEADE nº 04, de 25/02/2003, foi solicitada, via ofício, à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Piauí e à Caixa Econômica Federal a atualização dos valores dos bens de uso especial da União sob a responsabilidade da 17ª SRPRF/PI. Foi também procedida à solicitação, mediante ofício, à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Piauí sobre cursos de capacitação de servidores responsáveis pelo acompanhamento de bens imóveis.
<b>Providências 6 (Item 2.1.1.1):</b> A Unidade Jurisdicionada vem criando mecanismos (check-list, controle processual, planilhas, relatórios) a fim de elidir eventuais descumprimentos às legislações específicas. Reitera a 17ª SRPRF/PI que os empenhos estimativos, ou seja, aqueles cujas despesas são liquidadas mensalmente, não são realizados em sua totalidade, uma vez que a Unidade Central (DPRF) é quem detém o controle/definição e distribuição orçamentária anual. Portanto, cabe à UJ acatar as orientações e diretrizes da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário (DIPLAN) quanto à forma de liquidação das despesas.
<b>Providências 7 (Item 2.1.1.2):</b> Para melhor gerenciar as publicações no sistema SERPRO/SIASG, foi determinada a atribuição de efetivar lançamentos e publicações referentes às licitações públicas, dispensas e inexigibilidades a dois servidores efetivos da UJ, conforme Portaria nº 027, de 03/02/2012, publicada no Boletim de Serviço nº 07 em 06/02/2012.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Houve definição precisa de atribuições a servidores através de portarias, o que contribui para uma melhor execução e supervisão das atividades.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
O reconhecimento da necessidade de mudança pela 17ª SRPRF, diante das recomendações, e, em consequência, a implementação das providências proporciona à UJ um controle gerencial mais efetivo, aquisições e contratações sustentáveis, adequação às expectativas da sociedade.

#### 15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

##### Quadro XXVI - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			002823
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	201109031	1.1.1.1	Ofício nº 22.652/CGU-Regional/PI/CGU-PR
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			002823

<b>Descrição da Recomendação:</b>	
<p><u>Recomendação 1 (Item 1.1.1.1):</u> Cumprir o que determina o Decreto nº 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, destinando os resíduos às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.</p> <p><u>Recomendação 5 (Item 1.1.2.1):</u></p> <p>5.1. Providenciar a atualização de todas as avaliações vencidas dos imóveis sob sua responsabilidade, pois a avaliação dos imóveis para fins cadastrais e contábeis é válida pelo prazo de dois anos, conforme Orientação Normativa GEADE-004/2003 e Macrofunção 021107 do SIAFI.</p> <p>5.2. Regularizar os saldos de contas dos imóveis de Uso Especial não registrados no SPIUnet.</p> <p>5.3. Disponibilizar cursos de capacitação aos servidores responsáveis pelo acompanhamento de bens imóveis.</p>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
1.1.1.1 - Setor Responsável: Seção Administrativa e Financeira	<b>014375</b>
1.1.2.1 - Setor Responsável: Seção Administrativa e Financeira	<b>014375</b>
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>	
<p><u>Justificativa da Recomendação 1 (Item 1.1.1.1):</u> Visando atender à recomendação, foi instaurada a Portaria nº 032, de 07/02/2012, de designação de Comissão Especial para implantação de coleta seletiva solidária no âmbito da 17ª SRPRF/PI no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua publicação, em 08/02/2012. Como a Comissão está finalizando o Projeto Básico, fase prévia e obrigatória da coleta, não foi ainda possível implementar a coleta seletiva.</p> <p><u>Justificativa da Recomendação 5 (Item 1.1.2.1):</u> Foi solicitada, via ofício, à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Piauí e à Caixa Econômica Federal a atualização dos valores dos bens de uso especial da União sob a responsabilidade da 17ª SRPRF/PI. A 17ª SRPRF atendeu parcialmente à recomendação ao depender da avaliação dos bens imóveis pela Superintendência de Patrimônio da União, nos termos do art. 67 do Decreto-Lei nº 9.760/46 (Art. 67. Cabe privativamente ao S.P.U. a fixação do valor locativo e venal dos imóveis de que trata este Decreto-lei.). Ainda, a Unidade Jurisdicionada recorreu à Caixa Econômica Federal para essa avaliação, de forma criteriosa, sujeita à variação do mercado imobiliário, não se restringindo à análise contábil.</p>	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
<p>A coleta seletiva, por não ser viável sua implantação de imediato, exige uma série de fases procedimentais e uma delas é o Projeto Básico, na iminência de seu encerramento.</p> <p>A competência privativa da SPU etapas iva não pode ser imposta Para a implantação da coleta seletiva são exigidas etapas nos procedimentos formais</p>	

## 16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Preliminarmente cumpre registrarmos que essa UJ não possui em sua estrutura uma Área encarregada especificamente pelo acompanhamento da Sistemática de Controle Interno, esta estruturação encontra-se presente no âmbito do Ministério da Justiça.

Ressalte-se que a 17ª SRPRF vem implementando medidas para a inserção de área de controle interno, de forma a espelhar o Projeto de Reestruturação do DPRF, este ainda em fase de instituição por se encontrar o processo referente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e posterior encaminhamento à Casa Civil.

PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –  
**INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**



17. Declaração do Contador responsável pela 17ª SRPRF/PI


17.1 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Quadro XXVII - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE PROGRAMA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/PI		200127	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, a seguinte:</p> <p>a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;</p> <p>b) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li><li>• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li><li>• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília-DF	<b>Data</b>	17 de fevereiro de 2012
<b>Contador Responsável</b>	José Carlos Gomes	<b>CRC n.º</b>	DF 9.261/O-7

  
José Carlos Gomes  
CCONT/DPROG/SE/MJ  
Coordenador